



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA

PRESIDÊNCIA

DA REPÚBLICA

Rio de Janeiro, 22 de outubro de 1962.

No Palácio Itamarati, na solenidade de diplomação dos concluintes do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, do Instituto Rio Branco.

É para mim motivo de particular satisfação presidir esta solenidade, não só pelo ensejo de dirigir a palavra à mais nova turma de diplomandos do Instituto Rio Branco, como também para exprimir a importância que empresto à formação de diplomatas capazes de arcar com a árdua tarefa que, nos dias de hoje, recai sobre a diplomacia brasileira.

Na conduta das relações internacionais, cabe ao diplomata ser intérprete fiel de seu país perante o mundo, projetar as aspirações mais profundas de seu povo e assumir a defesa, no exterior, dos interesses fundamentais da Nação.

Essas responsabilidades se acentuam e se revestem de um significado especial, no momento em que o Brasil assume, de modo definitivo, o papel que lhe cabe no cenário internacional. De uma posição em que se colocava, muitas vezes, como espectador perante os acontecimentos extracontinentais, o Brasil passa hoje a uma ação consciente e meditada, aceitando a responsabilidade de participar de decisões que afetam toda a humanidade. Essa tomada de posição nada tem de prematura ou acidental, mas reflete o processo irresistível do amadurecimento político do povo brasileiro.

Não poderia ser outra a política exterior de um país da grandeza territorial do Brasil, com 70 milhões de habitantes, que tem a certeza de ver coroado de êxito o seu esforço pelo desenvolvimento econômico e o progresso social. Essa política é condicionada pela avaliação objetiva das potencialidades nacionais, pela compreensão da realidade internacional, pela fidelidade aos princípios

democráticos e cristãos em que se inspirou a nossa formação e pelo respeito aos compromissos e normas internacionais, entre as quais sobressaem as de segurança coletiva e as que protegem o direito de autodeterminação dos povos.

Emergimos para as responsabilidades da vida internacional numa fase crítica da história da humanidade, mas não nos devemos amedrontar as dificuldades que certamente encontraremos, antes devemos entendê-las com um incentivo para a clareza e definição de nossas atitudes. Encontramos o mundo conturbado pelo entrelaço de ideologias e forças, que geram tensões perigosas para a preservação da paz. Encontramos igualmente o mundo marcado pela distância cada vez maior entre nações ricas e pobres, entre grandes impérios industriais e países subdesenvolvidos, que lutam por superar o atraso de suas estruturas sociais e políticas.

Em função desses pólos divergentes, o compromisso fundamental de nossa política externa é o de salvaguardar os interesses do povo brasileiro e de pugnar incansavelmente por aquelas reivindicações que conduzem à conciliação do regime democrático representativo com as imposições do desenvolvimento econômico e da justiça social.

Será, assim, fator essencial da política externa brasileira o alargamento de nossas relações comerciais com tôdas as áreas do mundo, com o incremento de nossas exportações, contrapartida da imperiosa necessidade de expansão de nossa capacidade de importar.

Por outro lado, como nação adulta, estaremos cumprindo um dever indeclinável ao participar ativamente das grandes decisões da política internacional contemporânea. Já aí, o compromisso do Brasil não é unicamente com seu povo, mas com tôda a humanidade. Ainda recentemente tivemos acrescidas nossas responsabilidades com a honrosa escolha do nosso país para integrar, primeiro, a Comissão de Desarmamento e, agora, o Conselho de Segurança das Nações Unidas.

A consagradora votação com que o Brasil foi eleito para o Conselho de Segurança testemunha que o sentido de nossa política internacional não divide, mas aproxima os povos, não agrava as tensões, porém antes contribui para as atenuar e eliminar.

Na Comissão de Desarmamento, logo demos prova do nosso propósito de colaborar para o desarmamento geral e completo, formulando uma proposta de suspensão imediata das experiências nucleares, cujos t ermos realistas tivemos a satisfa o de ver aceitos pelos representantes de todos os países interessados, no correr dos debates da presente assembl ea-geral.

No Conselho de Segurança, havemos de dar novas demonstra es dessa convic ao pacifista, que   um traço da civiliza ao brasileira, da confiança que sempre depositamos nas soluçoes jurídicas, para resolver ou atenuar as divergências entre os povos.

A linha fundamental da política exterior do Brasil está hoje, como sempre est ve, na defesa intransigente do processo de soluçoes pacíficas para os problemas mundiais. Ao adotarmos tal diretriz, preconizada ainda há pouco pelo Papa João XXIII, com a autoridade que lhe confere o título de chefe da Igreja Católica, estamos respeitando e exprimindo o espírito cristão do povo brasileiro.

Que não haja, portanto, qualquer d vida sôbre nossas inten es: o Brasil não aceita o recurso   violência como forma de solu ao dos conflitos internacionais. Se, por tradi ao histórica e forma ao cultural, o Brasil nunca encarou a guerra como complemento válido de negocia ao diplomática, não seria hoje, quando o poderio militar das grandes potências faz perigar a própria continuidade da civiliza ao, que iríamos abdicar de nossos princípios pacifistas, favorecendo o uso da fôrça como instrumento de a ao internacional.

Para nós, a paz   um imperativo histórico, cujas conseq ncias inelut veis são a aceita ao da coexistência entre diferentes regimes políticos e sociais, e a competi ao entre sistemas econ micos diversos. Dessa coexistência e dessa competi ao sairão triunfantes, estamos certos, os princípios da democracia representativa e, acima de tudo, os da justiça social.

Surge aqui, então, em tôda a sua amplitude, a responsabilidade que recai sôbre o diplomata contemporâneo. Forçado a atuar num universo marcado pela diversidade de estruturas econ micas e políticas, dêle se exige o domínio de um vasto instrumental técnico, que abrange desde o direito internacional até a economia, aliado   habilidade negociadora e a uma inesgotável paciência.

Dêses homens, cuja tarefa é a substituição da guerra pela negociação e o entendimento, depende, em alto grau, o bem-estar de todos os povos.

É, assim, da compreensão do papel do diplomata no mundo moderno — e muito especialmente das responsabilidades que pesam sobre o diplomata brasileiro — que derivo meu aprêço à obra do Instituto Rio Branco. Ministrando a jovens brasileiros uma formação sólida e eficiente, o Instituto Rio Branco vem produzindo uma geração de profissionais altamente qualificados, merecedores do reconhecimento que já lhes dispensam os meios diplomáticos internacionais.

Em cada um de vós, que hoje recebeis vossos diplomas, estou certo, não faltarão a consciência dos anseios do nosso povo e a vontade firme de defender, perante o mundo, os interêsses de nossa pátria. E por isso vos saúdo, na absoluta convicção de que honrareis as responsabilidades sobre vós investidas pelo Brasil.